



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMILIA LEITE- S/Nº**

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Boa Ventura, Estado da Paraíba, designado pela Portaria/PMBV nº. 002, de 08 de Janeiro de 2018, torna público que impreterivelmente e após o credenciamento dos proponentes, será realizada licitação na modalidade PREGÃO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que obedecerá as disposições da Lei Federal nº. 10.520, de 17/01/2002, e suas alterações e do Lei Complementar 123/2006 e LC 147/2014, aplicando-se, subsidiariamente, no coger, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

LOCAL DA LICITAÇÃO: Sala de reuniões no anexo do Prédio da Prefeitura de Boa Ventura, localizada a Rua Emilia Leite, nº s/n, Centro, Boa Ventura - PB.

- **Recebimento dos envelopes: impreterivelmente até as 09:00:00 h do dia 25/01/2018**
- **Sessão de credenciamento: às 09:00:00 h do dia 25/01/2018**
- **Sessão de abertura da Proposta: logo a seguir ao credenciamento**

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação consiste na: Aquisição parcelada de Gêneros Alimentícios (perceíveis e não perceíveis), destinados aos programas das secretarias do município, conforme especificações no edital e seus anexos.

1.2 As quantidades aqui estimadas e apenas uma estimativa de gasto, não podendo ser exigida, nem considerada, como valor para pagamento mínimo. Tal estimativa poderá sofrer acréscimos ou supressões sem que isso justifique motivo para qualquer indenização ao adjudicatário.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão, na condição de proponente, os interessados do ramo pertinente ao seu objeto, empresas individuais, sociedades comerciais e civis, regularmente estabelecidas neste país, que sejam nacionais e que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos.

2.1.2. Não será admitida nesta licitação a participação de:

2.2. - E Será vedada a participação de empresas que:

a) Declaradas inidôneas por ato do Poder Público. Caso participe do processo licitatório, estará sujeita as penalidades previstas no art. 97 da lei nº 8.666/93, por força do disposto no parágrafo único do mesmo artigo;

b) - Sob Processo de falência, concordata ou insolvência civil;

c) - Enquadradas nas disposições do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

d) - Estrangeiras que não funcionem no País;

e) - Cooperativas;

f) - Que estejam com o Direito de licitar e contratar com a Administração Pública, Direta ou indireta, Federal, Estadual, Distrital ou Municipal Suspenso;





abertura da sessão pública, qualquer pessoa física poderá impugnar os termos do edital e/ou seus
3.6. Nos termos do Art. 41, §1º, da Lei 8.666/93, até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para
legislação vigente.

será publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba e site do município, em conformidade com a
esclarecimentos, modificar os documentos de licitação mediante a emissão de um aviso de errata, que
qualquer motivo, por sua iniciativa ou em consequência de respostas às solicitações de
3.5. Em qualquer ocasião, antecedendo a data de entrega das propostas, a Pregoeira poderá, por
verificar a ocorrência de possíveis mensagens pela CPL/BOA VENTURA.

site, até as 24 (vinte e quatro) horas que anteceder a data da realização da Sessão Pública, para
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018. Faça ao exposto, os interessados deverão consultar o referido
no site www.boaventura.pb.gov.br e divulgado no Diário Oficial do Estado correspondente a presente
prestadas através do e-mail licitacao@boaventura.com e terá o aviso resumido publicado
3.4. Os esclarecimentos prestados serão estendidos a todos os interessados, cujas respostas serão
incorretas que possam existir, para os devidos esclarecimentos.

tempo hábil e por escrito, apresentar à Comissão de Licitação as dúvidas, divergências e/ou
3.3. Obrigação de licitante a fazer minucioso estudo do Edital e seus Anexos, de modo a poder, em
pela Pregoeira e sua equipe, após pronunciamento da área técnica, quando for o caso.

necessidades de informações ou esclarecimentos de caráter eminentemente técnico serão respondidas
devidamente protocolado no órgão deste município. As respostas sobre quaisquer dúvidas ou
licitação indicada no Edital, até 02 (dois) dias úteis antes da data da entrega dos envelopes,
centro, deste edital ou por email licitacao@boaventura.com informando o número da
do presente edital, deverá ser dirigida por escrito a Pregoeira, no endereço Rua Emilia Leite, s/n -
3.2. Qualquer consulta/pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação
www.boaventura.pb.gov.br

3.1. O caderno do edital completo poderá ser adquirido exclusivamente e gratuitamente pelo site
3. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

as penas legais cabíveis, constantes da Lei nº 8.666/93.
2.3. Caso constatada a ocorrência de quaisquer das situações referidas no item anterior, ainda que a
posteriori, a empresa licitante será **desqualificada**, ficando esta e seus representantes **sujeitos**
esteja participando da mesma licitação;

m) Que tenham Responsável Técnico ou integrante da equipe técnica pertencente a outra firma que
Complementar N. 147/2014.
de Pequeno Porte, estando aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido pela Lei
lei, de que cumpram os requisitos legais para a qualificação como Microempresa ou Empresa
l) As empresas participantes deverão apresentar declaração, conforme **modelo anexo** sob as penas da

nos termos da Lei Complementar nº 147/2014.
j) As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte terão tratamento diferenciado e preferencial,
i) Empresas que tenham condenações civis por ato de improbidade administrativa.

g) - Que estejam reunidas em consórcio ou coligação;
h) Empresas constituídas com o mesmo objeto e da qual participe sócios e/ou administradores de
empresas anteriormente declaradas inidôneas, nos termos do art. 46, da Lei nº 8443/92, desde
que a constituição da sociedade tenha ocorrido após aplicação da referida sanção e no prazo de
sua vigência;

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMILIA LEITE- S/Nº





ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMILIA LEITE- S/Nº

anexos, mediante petição devidamente fundamentada, por representante qualificado, e ser dirigida ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, podendo ser previamente enviada ao e-mail licitacaopmboaventura@gmail.com, e devendo os originais ser encaminhados pelos Correios, preferentemente por SEDEX, ou apresentados diretamente no protocolo físico da PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA.

3.7 - A impugnação feita tempestivamente pela Licitante não impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente (art. 41, § 3º da Lei Federal nº 8666/93).

3.8. Fica assegurado à Prefeitura Municipal De Boa Ventura o direito de, no interesse da Administração Pública, adotar os seguintes procedimentos, sem que caiba aos licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

a) Anular ou revogar esta licitação, na forma do disposto no artigo 49 da Lei nº 8.666/93;

b) Alterar as condições deste instrumento convocatório, reabrindo novo prazo para entrega dos envelopes, quando tais alterações afetarem a formulação das propostas, procedendo-se à publicação do respectivo aviso no Diário Oficial do Estado; e

c) Adiar a data da abertura da licitação.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1. A licitante deverá se apresentar para credenciamento junto a Pregoeira através de um representante devidamente munido dos documentos que o credenciam a participar deste procedimento licitatório, inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais.

4.2. Cada licitante credenciara apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

4.3. A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa da Pregoeira.

4.4. Para o credenciamento deverão ser apresentadas os seguintes documentos:

a) tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura; (cópia autenticada ou autenticadas ou apresentar os originais para conferência);

b) tratando-se de procurador, A PROCURAÇÃO por instrumento público ou particular, com reconhecimento de firma do outorgante, NA QUAL CONSTEM PODERES ESPECÍFICOS PARA FORMULAR LANCES, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga; (cópia autenticadas ou apresentar os originais para conferência);

c) representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto;

d) "Se o licitante não credenciar um representante abdicar, por via de consequência (ipso facto) do direito de fazer lances e, principalmente, de recorrer dos atos da pregoeira".



4.15. Somente serão aceitas somente cópias legíveis;

minutos antes da data marcada para o recebimento e abertura do envelope n.º 01:

4.14. Os documentos serão autenticados pela Comissão Permanente de Licitação, 30 (trinta) minutos antes da data marcada para o recebimento e abertura do envelope n.º 01.

4.13. Os documentos de credenciamento serão rubricados pela comissão e pelos proponentes presentes, sendo em seguida juntados ao processo de licitação. A não apresentação do documento de credenciamento ou a sua incorreção não impedirá a participação da licitante no certame, porém impossibilitará o representante de se manifestar e responder pela empresa, não podendo rubricar documentos ou fazer qualquer observação ou interferir no desenvolvimento dos trabalhos.

4.12. Fica assegurado às licitantes, desde que devidamente justificado e mediante a disponibilização dos documentos previstos nos subitens 4.4., a substituição do seu representante legal junto à Comissão Permanente de Licitação.

4.11. Falhas, irregularidades ou falta de documentação dos representantes dos licitantes no ato de credenciamento, não impedirão a participação destas no certame. No entanto, o representante, não poderá se manifestar ou praticar atos em nome da licitante, durante a sessão, embora esteja garantindo o direito de assisti-la.

4.10. - A participação na licitação implica na aceitação integral de todas as exigências constantes do ato convocatório, bem como na observância dos regulamentos e normas técnicas aplicáveis.

4.9. A documentação de credenciamento do representante que se fizer representar legalmente na presente licitação deverá ser entregue fora dos envelopes "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA", antes do início do recebimento dos mesmos.

4.8. Ficará impedido de formular lances verbais, o credenciado cuja procuração não contenha autorização para este fim.

4.7. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa credenciado.

4.6. O representante poderá ser substituído a qualquer momento por outro devidamente credenciado.

4.5. A não apresentação ou ainda a incorreção insanaável de quaisquer dos documentos de credenciamento impedirá a participação da licitante no presente certame.

4.4. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa credenciado.

4.3. O representante poderá ser substituído a qualquer momento por outro devidamente credenciado.

4.2. A não apresentação ou ainda a incorreção insanaável de quaisquer dos documentos de credenciamento impedirá a participação da licitante no presente certame.

4.1. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa credenciado.

h) Declaração de comprovação, exigida somente para microempresa e empresa de pequeno porte, de enquadramento em um dos dois regimes, caso tenha se utilizado e se beneficiado do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, conforme Anexo IV.

Decreto nº 3.555/2002.

g) Declaração, separada de qualquer dos envelopes exigidos no subitem abaixo, dando ciência de que cumpre os requisitos de habilitação para o presente certame licitatório, conforme Modelo de Declaração, constante do Anexo IV deste Edital, nos termos previsto do inciso IV, do art. 11, do Decreto nº 3.555/2002.

f) Estes documentos (originais ou cópias) deverão ser apresentados antes do início da sessão de Pregão. No caso de cópias, as mesmas deverão ser autenticadas por tabeleiro ou pela pregoeira ou por membro da sua equipe de apoio antes da sessão para autenticar documentos.

e) Caso a procuração seja particular, deverá ter firma reconhecida e estar acompanhada do documento comprobatório dos poderes do outorgante (ato constitutivo/deliberativo da pessoa jurídica) que deverá ser apresentado no momento do credenciamento.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMÍLIA LEITE- S/Nº





**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMILIA LEITE- S/Nº**

- 4.16. A Comissão Permanente de Licitação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.
- 4.17. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas
- 4.18. Para participar desta licitação os interessados deverão entregar à C P L os envelopes DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS, de acordo com o item 5.0 do edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO E DOS DOCUMENTOS DE PROPOSTA DE PREÇO E HABILITAÇÃO

- 5.1. No dia, hora e local designado neste Edital, na presença dos interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, e demais pessoas que queiram assistir ao ato, a pregoeira, que dirigirá a sessão, após abertura da mesma, receberá os documentos abaixo relacionados, de cada licitante, admitindo-se, contudo, a entrega por pessoas não credenciadas, sendo registrados em ata os nomes das licitantes:

- 5.1.2. em envelopes devidamente fechados, a documentação exigida para Proposta de Preço (envelope n.º 1) e Habilitação (envelope n.º 2).
- 5.2. Declarado encerrado os procedimentos de credenciamento, a partir do horário estabelecido no preâmbulo deste Edital, não mais será admitida a participação de retardatário, sendo aberta a sessão pelo pregoeiro.

- 5.3. Declarado encerrado os procedimentos de credenciamento, a partir do horário estabelecido no preâmbulo deste Edital, não mais serão admitidos novos proponentes, sendo aberta a sessão pela pregoeira.
- 5.4. Os conjuntos de documentos relativos à Proposta de Preço e à Habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, rubricados no fecho e identificados com o nome da licitante, o número e objeto da licitação e, respectivamente, os títulos dos conteúdos ("Proposta de Preço" e "Documentos de Habilitação"), na forma das alíneas "a" e "b" a seguir:
- a) envelope contendo os documentos relativos à Proposta de Preço:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA-ESTADO DA PARAIBA
PREGÃO PRESENCIAL 001/2018
LICITANTE:
ENVELOPE "A" (PROPOSTA DE PREÇO)**

- b) envelope contendo os Documentos de Habilitação:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA-ESTADO DA PARAIBA
PREGÃO PRESENCIAL 001/2018
LICITANTE:
ENVELOPE "B" (DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO)**

- 5.5. Não será admitida a remessa postal dos envelopes de Proposta de Preço e Habilitação.
- 5.6. Os documentos necessários ao, CREDENCIAMENTO, HABILITAÇÃO deverão ser





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMÍLIA LEITE-S/Nº

- apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por Tabela de Notas ou pela Pregoeiro ou por membro da sua equipe de apoio para autenticar documentos, este deverá ser através de Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial, nos termos da Lei Estadual 10.132/2013, ou por membro da Comissão Permanente de Licitação da PMBV, ou publicação em órgão da Imprensa Oficial, obrigando-se, no entanto, a fornecer os originais correspondentes em qualquer época que lhes forem solicitados pela Comissão.
- 5.7. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das Propostas de Preço.
- 5.8. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à Proposta de Preço e à Habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente.
- 5.9. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.
- 5.10. O número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ indicado nos documentos da Proposta de Preço e da Habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da presente licitação.
- 5.11. A não entrega da Declaração exigida no subitem 4.4. letra "g" deste Edital implicará o não recebimento, por parte da Pregoeira, dos envelopes contendo a documentação da Proposta de Preço e de Habilitação e, portanto, a não aceitação da licitante no certame licitatório.
- 5.12. Após a apresentação da proposta, não mais caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela pregoeira.
- 5.13. A inversão dos documentos no interior dos envelopes, ou seja, a colocação da PROPOSTA DE PREÇOS no ENVELOPE dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, ou vice-versa, acarretará a exclusão sumária da licitante no certame.
- 5.14. O Credenciado deverá ter amplo conhecimento do teor da proposta apresentada, em todos os seus itens, a fim de que a empresa se faça representar, legitimamente, em umas eventuais negociações entre as partes, evitando com isso a interrupção da sessão para contatos externos visando o esclarecimento de dúvidas sobre o teor da mesma, ficando, todavia, os casos excepcionais para serem avaliados pela pregoeira.
- 6. DA APRESENTAÇÃO E CONTEÚDO DA PROPOSTA COMERCIAL – ENVELOPE "A"**
- 6.1. Os interessados deverão apresentar as suas propostas em envelope lacrado, identificado como Envelope "A", com a indicação do(s) item(ns) de participação.
- 6.2. A proposta para o(s) item(ns) licitado(s) deverá ser apresentada em 02 (duas) vias digitadas, devidamente datada, rubricadas as suas folhas e assinada por representante legal, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, e deverá conter, além de outras informações de livre disposição, o seguinte:
- (a) razão social da empresa, número do CNPJ, número da Inscrição Estadual e endereço do proponente; e número de processo de pregoão;
- (b) Especificação completa do produto ofertado, com indicação marca/fabricante ofertada e, quando for o caso, acompanhado de catálogos figurativos ou folders com informações técnicas





**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMÍLIA LEITE- S/Nº**

que possibilitem a completa avaliação do (s) item(ns) proposto(s). Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;

c) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos da data marcada para abertura.

d) Os preços propostos deverão ser cotados em moeda corrente nacional (real), expressos em algarismo (até duas casas decimais) e valor global por extenso;

e) A proposta de preços deverá conter o preço unitário e global para cada item cotado, objeto deste Pregão, no modelo da Proposta de Preços – Anexo II deste Edital;

f) Em caso de divergência entre valores expressos e algarismo e por extenso, serão considerados estes últimos;

g) Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidos nas propostas ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pelos pleitos de acréscimos a esses ou qualquer título, devendo os respectivos bens ser fornecidos a PMBV sem ônus adicionais;

h) Conter as seguintes declarações:

h.1) Que após o recebimento da ordem de fornecimento iniciarei a entrega dos produtos no prazo de imediato.

h.2) Que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto deste Pregão.

h.3) que tem total conhecimento e concordância com os termos deste Edital de Pregão e seus Anexos.3

i) A validade mínima do produto ofertado é de (06) seis meses, contados da data de entrega dos produtos nas Secretarias solicitantes do município de Boa Ventura.

6.3 Não serão admitidos cancelamentos, retificações ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez abertas as propostas escritas. Os erros, equívocos e omissões havidos nas cotações serão de inteira responsabilidade do proponente, não lhe cabendo, no caso de desclassificação, qualquer recurso ou eximir-se do fornecimento do objeto da presente licitação.

6.4 Omissões quanto ao prazo de entrega, prazo de validade da proposta, prazo de garantia e prazo de pagamento serão considerados como aceito o disposto no Edital.

6.5 Solicita-se que as empresas façam constar o número da conta corrente, agência e banco preferido onde deseja receber seus créditos, se vencedoras.

7.0 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1 Analisadas as propostas serão desclassificadas as que:





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMÍLIA LEITE- S/Nº

a) forem elaboradas em desacordo com os termos deste edital;

b) apresentarem preços excessivos (descontos irrisórios) ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado;

c) apresentarem proposta alternativa.

7.2 Serão classificados pela pregoeira, primeiramente, o proponente que apresentar a proposta de menor preço e, em seguida, todas as propostas com percentuais sucessivos e inferiores, em até 10%. Não havendo no mínimo duas propostas dentro do percentual acima, serão classificadas as propostas de melhores ofertas, até que se obtenha o mínimo de 03 (três) empresas aptas a ofertar lances, conforme disposto no art. 11, incisos VI e VII, do Regulamento da Licitação na Modalidade de Pregão.

7.3 Quando não existirem, no mínimo, três propostas superiores em até 10% (dez por cento) da menor proposta de preços, serão classificadas as três melhores de menor preço, quaisquer que sejam seus valores.

7.4 Aos proponentes classificados conforme o item anterior, será dada oportunidade para nova disputa por meio de lances verbais e sucessivos de percentuais de descontos distintos e decrescentes.

7.5 A pregoeira convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

7.5.1. A licitante sorteadas em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

7.6 A desistência em apresentar lance verbal implicará na exclusão do licitante desta etapa e na manutenção do último valor por ele apresentado, prevalecendo este último lance para efeito de ordenação das propostas.

7.7 Caso não se realizem novos lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor valor *valor por item* e o estimado para a contratação.

7.8 A rodada de lances verbais será repetida quantas vezes a pregoeira considerar necessário, onde cada um *terá até dois minutos* para formular seu lance.

7.9 Só será aceito lance cujo *preço por item* seja menor do que o último lance anteriormente registrado; e que cujo *valor unitário do item*, após o lance, contenha algarismo (até duas casas decimais).

7.10 Encerra-se a disputa de lances quando não houver mais nenhuma proposta verbal para menor preço. Encerrada essa etapa competitiva, as ofertas serão ordenadas exclusivamente pelo critério de menor preço por item.





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMÍLIA LEITE- S/Nº

7.11. Atendendo os termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme alteração LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 7 DE AGOSTO DE 2014, após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e sido verificada a ocorrência de empate – entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta melhor proposta – será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para empresas enquadradas na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.12. Para efeito do disposto no item 7.11, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

7.12.1 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

7.12.2 - Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 7.11, a seguir, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

7.12.3 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.12.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.11, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta. 7.12.5. O disposto no subitem 7.11 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.13 - Em seguida, a pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto definido neste edital e seus anexos, decidindo motivadamente a respeito.

7.14 - Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habitatórias do proponente. Em atendimento a Lei Complementar 123/2006, deve ser observado o disposto no item 8 deste Edital.

7.15 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sugerindo-se o proponente desistente as penalidades constantes no item 19 do Edital.

7.16 - Constatado o atendimento pleno das exigências editalícias, e não havendo manifestação acerca da intenção de interpor recurso, a pregoeira adjudicará o objeto do certame à empresa declarada vencedora, sendo a adjudicação do objeto definido neste edital e seus anexos efetuada pelo MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM.

7.17 - Se todas as propostas forem desclassificadas ou todos os licitantes forem inabilitados, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova



a) Declaração expressa do responsável pela empresa de que a mesma não está impedida de participar de licitações e que não foi declarada inidônea para licitar e contratar com Administração Pública, e que esta ciente da obrigação de declarar o fato superveniente, em cumprimento ao

8.2. O envelope "B" deverá conter os documentos a seguir relacionados:

8.1. Para a habilitação regulamentada neste item, o interessado deverá atender as condições exigidas a seguir:

8. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE "B"

7.26 Se o licitante vencedor recusar-se, injustificadamente, a assinar o contrato e a receber a nota de empenho e, consequentemente, não cumprir as obrigações contradas, será aplicada a regra estabelecida no subitem anterior.

7.25 Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato e do recebimento da nota de empenho, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato e, assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto nos subitens 7.15 e 7.16.

7.24 Caso exista algum fato que impeça a participação de algum licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este será desclassificado do certame, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

7.23 Na fase de julgamento a pregoeira poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atenderem as solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação. Nesse caso, a adjudicação somente ocorrerá após a conclusão da diligência promovida.

7.22 No caso de empate entre duas ou mais propostas o desempate se fará, obrigatoriamente, por sorteio.

7.21 Não se considerará, para efeito de julgamento, qualquer oferta ou vantagem não prevista no objeto deste edital e seus anexos.

7.20 Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.

7.19 Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.

7.18 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pela pregoeira e membros da equipe de apoio e representantes das licitantes presentes.

documentação ou outras propostas, escolhidas das causas que ocasionaram as inabilitações ou desclassificações, concorde com o art. 48, § 3º, da Lei nº 8.666/93.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMÍLIA LEITE- S/Nº





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMÍLIA LEITE- S/Nº

disposto no parágrafo 2º do art. 32 da Lei nº 8666/93, conforme modelo constante do anexo IV deste edital;

b) Declaração de que não possui em seu Quadro de Pessoal menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menor de 14 (quatorze) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz (Lei 9.854/99), conforme modelo constante do anexo IV deste edital;

c) Declaração de que estar ciente das condições da licitação, que assume a responsabilidade pela autenticidade e veracidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-se às penalidades legais e a sumária desclassificação da licitação, e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pela CPL;

d) Declaração de que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista

8.2.1.1. RELATIVA HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) As participantes, em se tratando de Sociedades Comerciais, deverão apresentar devidamente registrados no Órgão de Registro do Comércio local de sua sede os respectivos Contratos Sociais e todas as suas alterações subsequentes ou o respectivo instrumento de Consolidação Contratual em vigor, com as posteriores alterações, se houver;

b) As participantes, em se tratando de Sociedades Cívis, deverão apresentar os seus respectivos Atos Constitutivos e todas as alterações subsequentes em vigor, devidamente inscritos no Cartório de Registro Civil, acompanhados de prova da diretoria em exercício;

c) As participantes, em se tratando de Sociedades por Ações, deverão apresentar as publicações nos Diários Oficiais dos seus respectivos Estatutos Sociais em vigor, acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores;

d) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

e) Para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

f) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda;

g) Certidão simplificada da Junta Comercial do Estado – sede da licitante. Este documento deverá estar atualizado e compatível com os dados da última alteração contratual; sob pena de não lhe serem aplicadas no certame as regras estabelecidas para microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive quanto a questão da regularidade fiscal, nos termos estabelecido na Lei Complementar 123/2006, conforme alteração [LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 7 DE AGOSTO DE 2014](#) e do edital, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

8.2.2. RELATIVOS A REGULARIDADE FISCAL

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) emitido pela Secretaria da Receita Federal;

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (relativa ao ICMS) e Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada, assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e conforme alteração da lei complementar 147/2014 de 07/08/2014; todos os fornecedores deverão obter junto a



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMÍLIA LEITE- S/Nº

Secretaria da Fazenda do Município de Boa Ventura, a declaração e/ou Certidão Negativa de Tributos Municipais com este município.

c) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, relativos aos Tributos federal, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito d procuradoria da Fazenda Nacional (Certidão Unificada, conforme portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF nº 443, de 17 de outubro de 2014), do domicílio sede da contratante, assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e conforme alteração da lei complementar 147/2014 de 07/08/2014

d) Prova de regularidade com o FGTS (Certidão de Regularidade do FGTS); emitida pela Caixa Econômica Federal;

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. *(Incluído dada pela Lei nº 12.440, de 7.7.2011 – DOU de 8.7.2011) - 7.2011 - DOU de 8.7.2011).*

g) Autorização de Funcionamento emitido pela Prefeitura municipal do domicílio da licitante;

ATENÇÃO: Caso as certidões expedidas pela Fazenda Federal, Estadual e Municipal, sejam POSITIVAS, a Prefeitura de Boa Ventura, reserva-se ao direito de só aceitá-las se as mesmas contiverem expressamente COM EFEITOS DE NEGATIVA, nos termos do art. 206 do CTB.

8.2.3. RELATIVOS A CAPCIDADE ECONOMICO FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição não superior a 30 (Trinta) dias da data de recebimento da documentação para cadastramento.

8.2.4. RELATIVOS A CAPACIDADE TÉCNICA

a) Autorização de Funcionamento emitido pela Vigilância Sanitária da sede da licitante;

b) Pelo menos um atestado de Capacidade Técnica da Licitante, emitido por entidade da Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, e/ou empresa privada que comprove, de maneira satisfatória para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, com identificação do signatário responsável pela emissão, e com firma reconhecida.

b. 1. No atestado ou declaração de capacidade técnica deverá constar, sob pena de inabilitação, além das exigências citadas, as seguintes informações: nome do contratado e do contratante, nome ou razão social e CNPJ ou CPF do contratado, com identificação do signatário responsável pela emissão, e com firma reconhecida.

b.1.1 No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa Proponente





ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMILIA LEITE- S/Nº

b.1.2. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa Proponente, ou empresas controladas ou controladoras da empresa Proponente, ou

8.2.5. DA HABILITAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE,
NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14/12/2006, E LC 147/2014

a) A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.
b) As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
c) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação.
d) A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei no 8.666, de 21/06/1993 e art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, sendo facultado a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.3 Será inabilitada a licitante cujo relatório de situação das certidões apresente documento(s) fora dos prazos de validade, salvo se estiver em seu poder ou dentro do envelope de habilitação, procedendo-se a atualização do Cadastro.

8.4 A documentação deverá:

a) estar em nome da licitante;

b) estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente. Nos casos omissos, a pregoeira considerará como prazo de validade o de 60 (sessenta) dias anteriores à data de recebimento dos envelopes;

c) referir-se a apenas uma das filiais ou apenas à matriz. Exceto para os casos expressos de recolhimento centralizado.

8.5. As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital ou com irregularidades, serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior.

8.6 Os documentos exigidos no item 8.2.2, obtidos através de sites, terão sua validade verificada, via internet, no momento da fase de habilitação, ficando estabelecido que havendo discordância entre

¹As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar a documentação de regularidade fiscal exigida no subitem 8.2.2. b, desde edital, ainda que apresente alguma restrição, assegurado o prazo de dois dias úteis, a partir do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para apresentação de nova documentação sem restrição, sob pena de **inabilitação**, cujo prazo pode ser prorrogado, mediante justificativa apresentada pelo proponente e aceita pela Administração, observado o § 1º do art. 43 da LC Nº 123/2006 e LC 147/2014





ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMILIA LEITE- S/Nº

o documento apresentado e a verificação na internet, prevalecerá a segunda, observado o disciplinamento constante do item 8.3.

8.7 Os envelopes contendo a documentação de habilitação dos licitantes desclassificados ou que não tenha ganho nenhum item, ficarão lacrados, em poder da CPL, até a efetiva homologação do certame, superada essa fase, os envelopes serão devolvidos. Ultrapassado o prazo de 30(trinta) dias sem que o licitante venha retirar seu envelope, estes serão incinerados.

8.8 Na análise da habilitação das licitantes será verificada nos seguintes sistemas/cadastros, sem prejuízo dos demais documentos exigidos neste Edital:

- a) CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Indôneas e Suspensas da CGU (Portal da Transparência do Governo Federal); (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/>);
- b) Cadastro Nacional de Condenações Civis por Improbidade Administrativa do CNJ - Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

8.8.1 Após consulta acima, as LICITANTES que possuírem restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública, serão inabilitadas.

8.8.2 A verificação em sites oficiais de órgão e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

8.8.3 Em ocorrendo a situação que duas ou mais LICITANTES apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

9.2 Se houver interposição de recurso administrativo, o item atacado pelo recurso administrativo, será adjudicado pela autoridade competente para julgar esse instrumento de ataque a decisão da pregoeira.

10. DOS RECURSOS

10.1 Declarado o vencedor do presente PREGÃO, qualquer licitante poderá manifestar **imediatamente e motivadamente** a intenção de recorrer, desde que devidamente registrada a síntese razões em ata, quando lhe será concedido o prazo de (03) três dias úteis para apresentação das razões do recurso por escrito e protocolado no setor competente da Prefeitura, podendo juntar memoriais, facultando-se aos demais licitantes a oportunidade de apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo recorrente, sendo-lhe assegurada vista imediata dos autos.

10.2 A falta de manifestação **imediate e motivada** do licitante em interpor recurso, ao final da sessão do Pregão, importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação.

10.3 Qualquer recurso contra a decisão da pregoeira não terá efeito suspensivo;

10.4 O acolhimento do recurso importará a invalidade apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMÍLIA LEITE - S/Nº

10.5 A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, através de comunicação por escrito.

10.6 Os elementos indispensáveis à defesa dos interesses da pregoante poderão ser vistos no setor de licitação da Sala de reuniões no anexo do Prédio da Prefeitura de Boa Ventura, localizada a Rua Emília Leite, nº s/n, Centro, Boa Ventura - PB.

11. DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 Na hipótese de inexistência de recursos, será feita, pela Pregoeira, a adjudicação do objeto da licitação ao licitante declarado vencedor, com posterior encaminhamento dos autos a Senhora Prefeita para homologação do certame, desde que constatada a regularidade dos atos procedimentais, e decisão quanto a contratação.

11.2 Na hipótese de existência de recursos, os autos serão encaminhados à Senhora Prefeita para julgamento e, em caso de improvido, adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor, e decisão quanto a contratação.

11.3 O adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo estabelecido no item 13.5 do edital.

12.0 DA DESPESA

12.1 As despesas decorrentes da execução do contrato, correrão à conta dos 2018 – Recursos ordinários/SUS/FUS no elemento de despesa nº 3.3.90.30- material de consumo e 339032 – material de distribuição gratuita, na Unidade Orçamentária da Secretaria Solicitante, conforme seguir:

02.010 Gabinete do Prefeito
04 122 2001 2002 Manutenção das atividades administrativas do Gabinete do Prefeito
02.020 Procuradoria Geral do Município
04 122 2001 2005 Manutenção da Procuradoria Geral do Município
02.030 Secretaria de Administração
04 122 2001 2006 Manutenção das atividades da Secretaria de administração
02.040 Secretaria de Finanças
04 123 2001 2009 Manutenção das atividades administrativas da Secretaria de Finanças
02.050 Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo
15 122 2001 2010 Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo
02.060 Secretaria de Agricultura, Irrigação, Abastecimento e Meio Ambiente
20 122 2001 2011 Manutenção das Atividades Adm da Sec de Agricultura, Irrigação, Abastecimento e Meio Ambiente
02.080 Secretaria de Esportes, Cultura, e Lazer
13 392 2001 2036 Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer
02.090 Secretaria de Saúde
10 301 2001 2038 Manutenção das atividades administrativas da Secretaria de Saúde
02.110 Secretaria de Assistência Social
08 244 2001 2051 Manutenção das atividades administrativas da Secretaria de Assistência Social
02.130 Secretaria de Planejamento e Gestão
04 122 2001 2063 Manutenção da Secretaria de Planejamento e Gestão





ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMILIA LEITE- S/Nº

02.070 Secretaria de Educação

12 361 1002 2016 Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb - 40%

12 361 1002 2017 Manutenção do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola)

12 361 2001 2019 Manutenção das atividades administrativas da Secretaria de Educação

12 365 1002 2020 Manutenção da Educação Infantil/Creche MDE/FNDE

12 361 1002 2022 Manutenção da Merenda Escolar do Ensino Fundamental - PNAEF

12 365 1002 2023 Manutenção da Merenda Escolar PNAEC- Creche

12 365 1002 2030 Manutenção do Programa Nacional de Alimentação Pré-Escolar - PNAP

12 366 1002 2031 Manutenção da Merenda Escolar do PNAE-EJA

13. DO CONTRATO

13.1 A contratação com a firma vencedora far-se-á por termo de Contrato, com base no Edital, na proposta apresentada, na Lei nº 10520/02, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e minuta anexa.

13.2 O valor inicial estimado do Contrato será expresso em moeda corrente. Caso haja modificações no Sistema Financeiro, tais como emissão de nova moeda, extinção ou criação de índices, etc., as adaptações necessárias serão feitas através de Termo Aditivo.

13.3 O período de vigência do contrato decorrente dessa licitação será pelo período de 2018, contados a partir da data de assinatura do Contrato.

13.4 Para efeito de reajuste prevalecerá o contido no edital.

13.5 A licitante será convocada para assinar o contrato no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da convocação, podendo ser prorrogado por uma única vez, sendo convocado por meio de Publicação no D.O.E.

13.6. Se a licitante vencedora não assinar o termo de contrato no prazo estabelecido, é facultado o pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar a licitação.

13.6.1 Na convocação dos licitantes remanescentes, será observada a classificação final da sessão originária do Pregão, observando-se com relação a cada novo licitante convocado, os procedimentos estabelecidos no item 8 deste Edital.

13.6.2 Somente será considerado habilitado o licitante que houver preenchido os requisitos de habilitação na data da primeira sessão.

13.6.3. Caso haja vencimento da validade da proposta sem que a licitação tenha sido homologada, adjudicada e o contrato assinado, esta fica automaticamente prorrogada, exceto se houver manifestação contrária formal do licitante, por meio do correio eletrônico: licitacaopmboaventura@gmail.com, ou "in loco", dirigida à Comissão de Licitação caracterizando seu declínio em continuar na licitação.

14 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Entregar as mercadorias em até dois dias, a contar da requisição, sempre de boa qualidade, dentro dos padrões de qualidade pertinentes e nas quantidades solicitadas, mediante requisição, devidamente assinadas pelo Setor competente.

14.2. Nenhum produto poderá ser entregue pela Contratada sem a devida solicitação por escrito da PMBV.

14.3. Manter atualizada as certidões de Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, relativos aos Tributos Federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional (Certidão Unificada, conforme Portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF nº 443, de 17 de outubro de 2014), e Fazenda Estadual (relativa ao ICMS) e Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada, assegurada a regra para





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMÍLIA LEITE- S/Nº

as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e a CONTRATADA deverá anexar à Nota Fiscal-fatura as cópias devidamente atualizadas; PORTANTO, deverá manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para esse processo;

14.4. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

14.5. A contratada deverá pôr no corpo da Nota Fiscal, o número do processo ao qual a mercadoria se refere.

14.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.

14.7. Responsabilizar-se pela qualidade e a quantidade dos produtos fornecidos;

14.8. Em tudo agir, segundo as diretrizes da CONTRATANTE.

14.9. A validade mínima do produto ofertado é de (06) SEIS meses, contados da data de entrega do produto na sede do município de Boa Ventura.

14.10. Arcar com o ônus necessário a completa execução do contrato, incluindo o pagamento de taxas e emolumentos, seguros, impostos, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes à locação, inclusive licença em repartições públicas, registros, publicações e autenticações do Contrato e dos documentos a ele relativos, se necessário;

14.11. Responder pelos danos causados diretamente ao município, ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou de dolo na execução do contrato;

15.0 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

15.1 O CONTRATANTE compromete-se, durante a vigência do Contrato a:

15.1.1. efetuar o pagamento na forma convencional no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades pactuadas;

15.1.2. notificar a Contratada, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do especificado neste Contrato;

15.1.3. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para o fiel cumprimento do contrato;

15.1.4. Notificar ao Contratado qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

16. DA RESCISÃO

16.1 O contrato originado da presente licitação, poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, nas seguintes formas:

I – determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

II – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III – judicial, nos termos da legislação.





17.4 Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, inclusive a apresentação do Demonstrativo dos serviços executados.

17.3 O valor correspondente será depositado em Conta Corrente da CONTRATADA, através de Ordem Bancária ou através de pagamento em cheque na Tesouraria Geral da Prefeitura de Boa Ventura.

17.2 O pagamento será efetuado em até trinta dias da apresentação de Fatura, devidamente atestada pelo Setor Competente.

17.1 O produto fornecido pela empresa vencedora deverá obedecer a normas legais visando a boa qualidade, e estará sujeito a aceitação pela Contratante, ao qual caberá o direito de recusar, caso o mesmo não esteja de acordo com o especificado no Edital.

17.1 A Contratante designará servidor para recebimento dos produtos, cujo objetivo será a conferência deste com as especificações, contidas na proposta, caso as disposições acima citadas não forem cumpridas, a comissão rejeitará o recebimento do mesmo.

17. DO PERÍODO DE EXECUÇÃO, DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

16.3.8 A rescisão unilateral dar-se-á, sempre, tomando como termo final do contrato o último dia do mês, após o decurso do prazo determinado no item anterior.

16.3.7 Por razões de interesse público e alta relevância e amplo conhecimento, a contratante poderá promover a rescisão unilateral do contrato mediante notificação por escrito à contratada, que acontecerá com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

16.3.6 A dissolução da sociedade;

16.3.5 A decretação de falência ou instauração de insolvência civil;

16.3.4 O desatendimento das determinações regulares da fiscalização;

16.3.3 Paralisação da execução do contrato sem justa causa ou prévia comunicação ao contratante;

16.3.2 Atraso não justificado na execução do contrato;

16.3.1 O não cumprimento ou cumprimento irregular sistemático de cláusulas contratuais, especificações, planos de trabalhos, projetos ou prazos contratuais;

16.3. Constituem motivos para rescisão dos contratos:

16.2 A rescisão administrativa será apreciada e precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, atendida a conveniência dos serviços, recebendo a CONTRATADA o valor dos serviços executados.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMÍLIA LEITE- S/Nº





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMÍLIA LEITE- S/Nº
18. DO CRITÉRIO DE MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

DO CONTRATO.

18.1. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida revisão do preço contratual, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato, nos termos do disposto no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93.

19. DAS PENALIDADES

19.1. A recusa do adjudicatário em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido pela Administração, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total das obrigações, nas condições especificadas neste edital e anexos, caracterizam o descumprimento total das obrigações assumidas e permitem a aplicação de sanções.

19.2. Em razão do inadimplemento das condições aqui estabelecidas, bem como da inexecução total ou parcial do fornecimento, incidirá a CONTRATADA sanções que se seguem:

a) Advertência, nos seguintes casos:

a.1. executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado;

b) Multa de mora de 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor do contrato por dia de atraso, quando a contratada incorrer no atraso da prestação do fornecimento do objeto do presente compromisso, com desrespeito aos prazos estabelecidos no termo referido na cláusula décima nona;

§ 1º - Ocorrendo o atraso no fornecimento por duas ou mais vezes consecutivas ou alternadas, mesmo que em obrigações pertinentes a contratos acessórios de fornecimentos diferentes, a multa a ser aplicada será de 1% do valor do contrato por dia de atraso.

c) Suspensão temporária de participar em licitação promovida no âmbito do Município de Boa Ventura-PB, e impedimento de com esta contratar, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, quando decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

19.3. A penalidade de advertência, prevista na cláusula antecedente, letra "a", será aplicada pela administração do órgão receptor do fornecimento prestado, de ofício e mediante proposta do responsável pelo acompanhamento da execução do contrato.

19.4. A aplicação das penalidades de suspensão temporária e declaração de idoneidade são de competência da Prefeitura Municipal, concedida à defesa do compromissário prestar o fornecimento no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias contados da abertura de vista.

19.5. A multa prevista na cláusula décima nona, letra "b" será aplicada pelo gestor do contrato e terá cabimento nas seguintes hipóteses:

a) A inexecução total do compromisso sujeitará o compromissário fornecedor a multa de 20% (vinte por cento) do valor total do compromisso;

b) O fornecimento executado parcialmente sujeitará o adjudicatário a multa de 10% (dez por cento) do valor total do compromisso de fornecimento;

c) O fornecimento do objeto em níveis de qualidade ou quantidade inferior ao devido sujeitará o





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMÍLIA LEITE- S/Nº

CONTRATADO a multa de 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor total estimado para o presente Fornecedor, por dia de atraso no cumprimento do estabelecido.

19.6 - Para aplicação das penalidades descritas acima será instaurado procedimento administrativo específico, sendo assegurado ao particular o direito a contraditória e ampla defesa, com todos os meios a eles imanes.

19.7 As multas são independentes, sendo que a aplicação de uma não exclui das demais, bem como não eximem o compromissário executor da plena execução do contrato serão anotadas pelo representante da Administração (gestor), nos moldes do art. 67, § 1.º da Lei 8.666/93.

19.8 Será garantido ao CONTRATADO o direito de apresentação de prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nas hipóteses em que se tiver por cabível a aplicação das penalidades previstas neste compromisso.

19.9 O valor das multas aplicadas será sempre será deduzido do pagamento do mês de referência do Fornecedor, a que fizer jus ao CONTRATADO, se não houver recursos ou se o mesmo estiver dengado.

19.10 Em não havendo pagamento a ser realizado, o valor das multas será cobrado diretamente do CONTRATADO que deverá pagá-las no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data da notificação.

19.11 Serão aplicadas as penalidades previstas nas hipóteses inscritas nos incisos I a XVIII e parágrafo único do art. 78 da Lei 8.666/93, nos casos de inexecução total ou parcial do contrato.

20. DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

20.1 A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, na forma do parágrafo 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, observando-se o disposto no parágrafo 2º e seguintes do referido artigo.

21.0 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 A participação nesta licitação implica em plena aceitação dos termos e condições deste edital e seus anexos, bem como das normas administrativas vigentes.

21.2 Não será admitida a transferência a terceiros das obrigações previstas nesta licitação

21.3 A Prefeitura Municipal de Boa Ventura reserva-se o direito de revogar total ou parcialmente a presente licitação, tendo em vista o interesse público, ou ainda anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, não cabendo às licitantes o direito de indenizações, ressarcido o disposto no parágrafo segundo do citado artigo.

21.4 Os interessados em adquirir ou obter esclarecimentos sobre este edital serão atendidos pela pregoeira ou Equipe de Apoio no horário das 08h às 12h, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada a Rua Emilia Leite, nº s/n, Centro, Boa Ventura - PB.

21.5 Os casos omissos neste aviso serão resolvidos pela pregoeira, de acordo com o que reza a Lei Federal 10.520/02, subsidiariamente, a Lei 8.666/93 e suas alterações.

21.6 Na hipótese de não haver expediente na data prevista para recebimento e abertura dos envelopes de propostas, a reunião ficará transferida para o primeiro dia útil subsequente de funcionamento normal desta Repartição, no mesmo local e horário anteriormente estabelecido.

21.7 A documentação apresentada para fins de habilitação e credenciamento dos vencedores, fara parte dos autos da licitação e não sera devolvida aos proponentes.

21.8. Todas as referencias de tempo neste edital consideram o horário do Estado da Paraíba.





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMÍLIA LEITE- S/ Nº

21.9 Questões irrelevantes quanto ao credenciamento, proposta de preços e documentação, serão sanadas pela pregoeira e a equipe de apoio.

21.9 São partes integrantes deste edital:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Modelo da Proposta

Anexo III – Modelo das Declarações

Anexo IV – Modelo Carta de credenciamento

Anexo V - Minuta de Contrato que integram este edital e nos termos e condições aqui estabelecidas

Boa Ventura - PB, 12 de janeiro de 2018.

ANA PAULA CHAGAS DA SILVA
PREGOEIRA OFICIAL PMBV



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMÍLIA LEITE - S/Nº

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018

1-Introdução e base legal

A elaboração deste Termo de Referência esta de acordo com o estabelecido pela Lei nº 10.520 de 17.07.2002.

2-Do Objeto

2.1. Aquisição parcelada de Gêneros Alimentícios (perceivéis e não perceivéis), destinados aos programas das secretarias do município, conforme especificações no edital e seus anexos, conforme especificações abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
1	ACHOCOLATADO EM PÓ embalagem de 400g-preparo instantâneo. Pó homogêneo; cor; própria; cheiro; característico; sabor: doce; próprio; validade mínima: 10 meses a partir da data de fabricação. Embalagem: pacote de 400 gramas.	UNID	3.000
2	AÇÚCAR CRISTAL de primeira qualidade -sacarose de cana de açúcar penetrada embalagem. De 1 kg. Em sacos de embalagens plástica atóxicas, limpos não violados, resistentes que garantam a integridade do produto	KG	800
3	AVEIA- em flocos finos de 1ª qualidade, em caixa de 200g Farinha de aveia, integral, isenta de sujidades, parasitas e larvas. embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, rotulagem segundo as especificações, conforme dados das disposições da legislação vigente, validade mínima 5 meses a contar da entrega	UNID	400
4	ALMONDEGAS AO MOLHOLATA COM 420G - Almondega de carne bovina cozida e congelada: o produto deverá estar de acordo com a NTA 02 e 06 (Decreto 12.342/78);constando obrigatoriamente registro no SIF/DISPOA; obtido pela mistura de carne bovina, especiarias, proteína de soja e farinha de rosca; cozidas durante o tempo e temperatura adequada; deverá apresentar aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares; com aproximadamente 20 gramas; embalados em sacos de polietileno, pesando até 02 kg, e embalagem secundária de caixa de papelão, pesando até 12 kg, contendo data de fabricação e validade; número do lote e condições de armazenagem; O produto deverá ser transportado em veículo com carroceria fechada, isotérmico, com temperatura de - 12°C, assegurando que o produto se mantenha congelado durante o transporte. Validade de 12 meses após data de fabricação	lata	300



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMÍLIA LEITE- S/Nº

5	3.000	KG	ARROZ PARBOILIZADO- primeira qualidade embalagem 1KG. Em sacos de embalagens plásticas atóxicas, limpos não violados, resistentes que garantem a integridade do produto até o momento do consumo, acondicionados em fardos de plásticos resistentes, de 15 a 30 kg, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses, a partir da data do recebimento, com registro do Ministério de Agricultura.
6	35	UNID	ADOCANTE composto de estevóideo ou sacarina sodica e ciclamato de sodio ou substituir a composicao por aspartame; liquido, com validade minima de 01 ano a contar da data de entrega, frasco com 100 ml
7	400	KG	ARROZ BRANCO: tipo: 01(um); classe: longo fino; peso liquido: 5KG; enfiardamento: 5x6 kg; isento de sujidades e materiais estranhos, validade minima de 05 meses a contar da data da entrega; embalagem integra e isenta de avarias; rotulagem segundo os padrões da resolução Nº259 DE 20/09/2002 DA ANVISA.; lote acompanhado do certificado de classificação de origem vegetal expedido por órgão oficial.
8	150	UNI	AMIDO DE MILHO; produto amiláceo extraído do milho; com aspecto cor, cheiro e sabor próprios; isento de sujidades, parasitas e larvas; validade minima 10 meses a contar da entrega, acondicionado em saco de papel impermeavel ou outra embalagem impermeavel, fechado; reembalado em caixa ou saco c/ 500 gramas, embalagem integra e isenta de avarias, rotulagem segundo as especificações conforme dados das disposições da legislação vigente.
9	3.000	KG	ARROZ POLIDO- beneficiado branco tipo agulhinha, polido, longo e fino primeira qualidade, embalagem de 1 kg. Em sacos de embalagens plásticas atóxicas, limpos não violados, resistentes que garantam a integridade do produto, acondicionado em fardos de 15 a 30 kg, com data de fabricação e prazo de validade no mínimo 06 meses, com registro do Ministério de Agricultura.
10	50	pct	BALAS MASTIGÁVEIS- diversos sabores embalagens 600g plásticas atóxicas, limpo não violados resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo, acondicionados em sacos plásticos. Com prazo de validade de no mínimo de 06 meses a contar da entrega do produto.
11	5.000	pct	BISCOITO SAIGADO-crem crak agua e sal, embalagem primaria, separada internamente pacote de 400g, em sacos plásticos pacote de 400g (3x1) acondicionados em caixas de papelão contendo 20 pacotes, obedecendo as normas técnicas, tipo "cream cracker". O biscoito devera ser fabricado a partir de materias primas sas e limpas, em perfeito estado de conservação, sem apresentar excesso de dureza e nem quebradigo Prazo de validade de no minimo 08 meses a partir



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMÍLIA LEITE - S/Nº**

			da data do recebimento.
12	BISCOITO DOCE de maisena tipo Maria embalagem dupla biscoito, embalagem primária, separada internamente pacote de 400g. Em caixas de papelão contendo 20 pacotes obedecendo as normas técnicas. Prazo de validade de no mínimo 08 meses a partir da data do recebimento.	pct	5.000
13	BOLACHA COMUM- embalagem plástica de 300g acondicionadas em fardos com 20 unidades, obedecendo as normas técnicas da ABNT.	pct	2.500
14	BISCOITO TIPO PALITO 10X400G Biscoito tipo palito de amido de milho em embalagem plástica 400g, em embalagem íntegra isenta de avarias; rotulagem segundo as especificações, data de validade, rotulagem segundo as especificações, conforme dados das disposições da legislação vigente, com data de fabricação	pct	700
15	CAFÉ TORRADO E MOÍDO embalado a vácuo, pct. 250g - acondicionados em pacotes aluminizados, hermeticamente fechados por processo a vácuo, tipo tijolinho, com o símbolo de qualidade da associação brasileira. Acondicionado em caixa de papelão. Selo de pureza ABIC.	pct 250g	1.800
16	CALDO DE CARNE- tablete unid. 19g- tempero completo em tabletes, sem conservantes, com aromatizante sintético idêntico ao natural de carne.	CX COM 24 U	400
17	CALDO DE GALINHA- tablete unid. 19g cx c/24 unid- tempero completo em tabletes, sem conservantes, com aromatizante sintético idêntico ao natural de galinha	CX/24 U	300
18	CRAVO DA ÍNDIA 40G constituídos por bofes florais saos, secos e limpos, acondicionado em caso em saco de polietileno, íntegro atóxico, resistente, vedado hermeticamente e limpo. a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. o produto deverá apresentar validade mínima de (seis) meses a partir da data de entrega. pacotes com no mínimo 40g	PCT	50
19	COMINHO MOÍDO extraído de sementes de cominho de primeira qualidade, puro, com aspecto, cor, cheiro, sabor característicos, sem misturas, isentos de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem de 100g, em sacos plásticos transparentes e íntegridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter Externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 05 (cinco) mês es a partir da data de entrega.	PCT 10X60G	200
20	COCO RALADO DESIDRATADO INTEGRAL	PCT/200G	50



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMILIA LEITE- S/Nº**

			<p>Ingredientes: Polpa de coco parcialmente desengordurada, ralado branco, puro e sem açúcar, com no mínimo 60% de gordura, cheiro característico, sem sujilidade, sem parasitos e sem larvas, - pa cote de 100 gramas</p>
21	UNID	300	<p>CHA 100% natural caixinha c/ aproximadamente 10 gramas contendo 10 sachets (bolsa), camomila, erva doce, erva cidreira, endro</p>
22	UNID	130	<p>CANELA, em pó fina homogênea, sabor próprio, livre de sujidades e materiais estranhos a sua espécie, acondicionada em potes plásticos atóxico com aproximadamente 50g</p>
23	pct.	800	<p>COLORIFICO PARA ALIMENTO- colorífico em pó fino homogêneo, obtido de frutos maduros de urucum, limpos. Cor: vermelho intenso, embalagem plásticas com 500g, com cheiro e sabor próprios, acondicionado em saco plástico atóxico, resistente. Constar data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses, pct. c/10x10g</p>
24	UNID	800	<p>CREME DE LEITE, UHT homogeneizado, sem Necessidade de refrigeração. Embalagem de até 200 gramas, sendo tetrapak. Validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega</p>
25	UNID	200	<p>DOCE SABOR GOIABA- doce em tabletes c/ 20 unidades sabor goiaba, tipo maritoia, sem aditivo químico, tabletes com aproximadamente 30g, embalagem primária, em papel celofane, e secundária em plástico propileno, em pacotes de até 2 kg. validade mínima de 04 meses a contar da entrega.</p>
26	UNID	1000	<p>EXTRATO TOMATE- concentrado, embalagens tetra park contendo 1080g, Com identificação do produto marca do fabricante, prazo de validade e peso, pacote líquido. O produto devera ter registro no ministério da agricultura. Validade mínima de 12 meses.</p>
27	KG	500	<p>FARINHA DE MANDIOCA- farinha de mandioca torrada, grupo seca, subgrupo fina, classe amarela, tipo I, em sacos de embalagens plásticas atóxicos, limpos não violados, resistentes que garantam a integridade do produto.</p>
28	KG	1700	<p>FARINHA DE MILHO PRE- cozido flocos fino amarelo, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios com ausência de umidade, fermentação, ranço, isento de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem de 500g. Em sacos atóxicos, limpos não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento de consumo acondicionados em fardos lacrados. Constar data da fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses.</p>
29	kg	50	<p>FECULA DE MANDIOCA EM EMBALAGENS DE 1KG, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.</p>



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMÍLIA LEITE - S/Nº**

30	300	UNID	FARINHA LACTEA; isenta de sujidades, parasitas e larvas; livre de fermentação, mofo e materiais terrosos embalagem com 250 gramas a embalagem devida conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, rotulagem segundo as especificações, conforme dados das disposições da legislação vigente, validade mínima 5 meses a contar da entrega
31	200	KG	FARINHA DE TRIGO; com fermento emquicida com ferro e ácido fólico; de cor branca; isenta de sujidades, aranhas, larvas; mofo e materiais terrosos; pacote c/ 01 kg do produto; a embalagem devida conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, e atender as exigências do ministério da agricultura, validade mínima 5 meses a contar da entrega, embalagem íntegra e isenta de avarias
32	400	kg	FARINHA DE TRIGO sem fermento- produto obtido a partir de cereal limpo, desgerminado e são, isento de matéria prima terrosa e em perfeito estado de conservação. Com aspecto de pó fino, cor branca ou amarelada, cheiro e sabor próprios; sem fermento. Embalagem plástica de 1kg, acondicionado em fardo de 10kg. A embalagem devida conter os dados de identificação e informações nutricionais do produto.
33	4.000	pct. 1kg	FEIJO CARIOQUINHA- safra nova classe, tipo 1, teor máximo de impurezas de 2%, tempo aproximado sob pressão de 45 minutos para cocção, e após a cocção apresentar grãos entumecidos e de aspecto homogêneo aspecto brilhoso, liso, isenta de matéria terrosa, pedras ou corpos estranhos, fungos ou parasitas e livre de umidade; em pacotes de 1kg, acondicionados de no mínimo 12 meses, com registro no Ministério da Agricultura
34	500	pct. 1kg	FEIJO MACASSA; tipo 1; novo; constituído de grãos inteiros e saos; com teor de umidade máxima de 15%; isento de material terroso, sujidades e mistura de outras variedades e especiarias; acondicionado em saco plástico atóxico, enfardamento (30x1 kg), validade mínima de 06 meses a contar da entrega; contar da data da entrega; pacote c/ 01 kg íntegro e isento de avarias.
35	200	pct. 1kg	FEIJO PRETO; tipo 1; novo; constituído de grãos inteiros e saos; com teor de umidade máxima de 15%; isento de material terroso, sujidades e mistura de outras variedades e especiarias; acondicionado em saco plástico atóxico, enfardamento (30x1 kg), validade mínima de 06 meses a contar da entrega; pacote c/ 01 kg íntegro e isento de avarias.
36	20	UNID	FERMENTO QUÍMICO; tipo em po; p/ bolos. validade mínima 6 meses a contar da data de entrega; acondicionado em lata ou pote hermeticamente fechada contendo 100 gramas do



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMÍLIA LEITE- S/Nº**

			produto.
			FLOCOS DE MILHO(tipo flocão),tipo: pré-cozido,
37	pct	4.000	FLOCO DE MILHO- 1kg em sacos de embalagens plásticas atóxicos, limpos não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo acondicionados em fardos lacrados.
38	KG	1.000	GELATINA SABOR MORANGO EM CAIXINHAS Gelatina em pó sem sabor. Embalagem de 15g. Com data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 6 meses.
39	UNID	50	IOGURTE COM POLPA DE FRUTAS - sabores variados, consistência cremosa, acondicionado em garrafa plástica de 1000ml, atóxica, estéril e fechada a vácuo; informações nutricionais n° de lote, data de validade, n° do registro no Ministério de Agricultura/ SIF/ SIE/DIPOA, com prazo de validade mínimo de 30 dias.
40	UNID	4300	CATCHUP EMBALAGEM TETRA PARK - 1KG - Molho alimentício a base de tomate, sal, açúcar. Com registro no órgão competente. Embalagem 1kg
41	UNID	50	LEITE CONDENSADO tradicional, embalagem tetra Pack de 395g, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação validade. Validade mínima 6 meses a contar da data de entrega.
42	UNID	50	LEITE DE COCO externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade de coco embalagem contendo 500ml conter elidade, rotulagem segundo a legislação vigente, validade mínima 6 meses a contar da entrega
43	UNID	50	LEITE EM PÓ INTEGRAL- contendo no mínimo 26% de gorduras, embalado em latas de folhade flandres ou alumínio limpas, isentas de ferrugem não amassadas, resistentes, ou em, pacotes de 200g, com data de fabricação e validade.
44	PCT. 200g	4000	LEITE EM PÓ DESNATADO- Embalagem laminada contendo 200g, livre de parasitas ou substâncias nocivas, odores estranhos, prazo de validade mínima de 06 meses a partir da data de entregas, acondicionado em caixas de 10a 20 kg, com data de fabricação e validade.
45	PCT. 200g	400	MACARRÃO PARAFUSO- vitaminado, cor amarela, obtida
46	UNID	1.500	



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMÍLIA LEITE- S/Nº

		<p>pelos amassamentos de farinha de trigo especial, ovos, e demais substâncias permitidas, isenta de corantes artificiais, sujidades parasitárias, admitida umidade máxima 13%, embalagens de 500g, em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo acondicionado em fardos lacrados. a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade.</p>
47	und	<p>MACARRÃO VITAMINADO, TIPO ESPAGUETE, de semolina ou sêmola cor amarela, obtida pelo amassamento da farinha de trigo especial, com ovos, e demais substâncias permitidas, isenta de corantes artificiais, sujidades parasitárias, admitida umidade máxima 13%, acondicionada em pacotes de 500g, acondicionado em fardo de 10kg, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses. Fabricado a partir de matérias-primas sãs e limpas, isenta de matéria terrosa e parasitas.</p>
48	und	<p>MACARRÃO TALHARIM e/ ovos massa alimentícia seca para macarronada, cor amarela, obtida pelo amassamento de farinha de trigo especial, ovos e demais substâncias permitidas, isenta de corantes artificiais, sujidades parasitárias, admitindo umidade máxima 13%, acondicionada em saco de plástico transparente, atóxico, íntegro e isento de avarias com validade mínima de 18 meses a partir da data de entrega. p/cte com 500 gr, enfiamento (20x500g).</p>
49	UNIDADE	<p>MACARRÃO TIPO ARGOLINHA - cor amarela enriquecido com ferro e ácido fólico, com ovos, vitamínado, composto de matéria prima de primeira qualidade, isenta de corantes artificiais sujidades e limpas, isentas de matéria terrosa e parasitas.</p>
50	UNIDADE	<p>MARGARINA COM SAL- embalagem 500g produzida exclusivamente de gordura vegetal, com adição de sal. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional no mínimo 65% de lipídeos e 0% de gorduras trans, embalada em potes de plásticos de 500g, enriquecida de vitaminas; apresentação, aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares, isenta de ranço e de bolores; embalagem primária com identificação do produto, especificação dos ingredientes, informação nutricional, prazo de validade, peso líquido e rotulagem de acordo com a legislação. Em pote plástico atóxico de 500 gramas cada e registro s.i.t.; embalagem íntegra e isenta de avarias</p>
51	UNID	<p>MILHO VERDE- em conserva, em latas de 280 g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ ou ministério as saúde. Embalagem não deverá</p>



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMÍLIA LEITE - S/Nº

			estar amassada ou estufada
52	UNID	80	MILHO VERDE E ERVEIHA- latas, peso liq. 280g, peso drenado produto, marca do fabricante, prazo de validade. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura. Embalagem não deverá estar amassada ou estufada
53	VD	20	MOLHO INGLÊS vidro c/ 150ml - molho inglês, composição básica vinagre, açúcar e sal, ingredientes complementares e carne, m. soja, condimentos, especiarias, corante
54	Pact.400g	200	MISTURA PARA PREPARO DE CANJICUINHA/curau mistura para o preparo curau colorido artificialmente enriquecido com vitaminas e sais minerais ingredientes: Açúcar , leite integral em pó , amido de Milho , flocos de milho gordura vegetal hidrogenada, sal, mistura de vitaminas e sais minerais (vitaminas A,C,B1,B6, noáquina , ferro e zinco) , aromatizante idêntico ao natural de milho e corantes artificiais amarelo tartrazina e amarelo crepusculo, 400g.
55	pct	200	MILHO PARA PIPOCA EMBALAGEM 500G - tipo 1. Apresentação em embalagens de 500g, que deve constar externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote,data de fabricação, data de validade, quantidade do produto e atender as especificações técnicas em legislação vigente. O produto não deve apresentar manchas escuras, brancas,avermelhadas ou esverdeadas. Prazo de validade, mínimo de 6 meses a partir data de entrega.
56	pct 500g	50	MILHO P/ MUNGUNZA EMBALAGEM DE 500G - Milho branco, triturado, para mungunza, tipo 1. Apresentação em embalagens de 500g, que deve constar externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote,data de fabricação, data de validade, quantidade do produto e atender as especificações técnicas dos órgãos de vigilância sanitária em legislação vigente. O produto não deve apresentar manchas escuras, brancas,avermelhadas ou esverdeadas. Prazo de validade, mínimo de 6 meses a partir data de entrega.
57	UNID	1.200	OLIO DE SOJA- refinado, obtido de matéria prima vegetal, isento de substâncias transgênicas à sua composição. Aspecto límpido e isento de impurezas, cor e odor, isento de ranço tipo embalagem plástica com 900 ml, caixas com (20 x 900ml), embalagem íntegra e isenta de avarias
58	UNID	30	OREGANO EMBALAGEM PLÁSTICA DE 12G Características O orégano deve ser constituído por folhas de espécimes vegetais genuínas, sas, limpas e secas. Características Organolépticas Aspecto: folha ovala da seca, cor: verde-pardacenta; cheiro: próprio; sabor: próprio.
59	KG	4000	PROTEINA TEXTURIZADA DE SOJA- carne de soja,



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMÍLIA LEITE- S/Nº**

		proteína de soja texturizada, sem gorduras trans, carnes brancas, sem colesterol, pré cozido, desengordurado. Embal. 500g. Em sacos de embalagens plásticas.
60	POTE COM 05	PAÇOCA DE AMENDOIM- em tablete- pote com 50 unidades. Embalado em potes plásticos lacrado.
61	pact 100g	QUEIJO RALADO 100G - Queijo curado - ralado, tipo minas, com pouco sal, congelado, embalagem fechada, intacta, indicando o prazo de validade, de 1ª qualidade, sem ranço
62	UNID	RAPADURA DE CANA-DE-AÇÚCAR- obtida pelaconcentração a quente do caldo de cana, fabricada com matéria prima não fermentada, isenta de matéria terrosa, parasitos e detritos animais ou vegetais, em tabletes de 30g acondicionados em embalagem plásticas atóxica de 500g a 1,5kg; deve constar data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses.
63	UNID	REFRIGERANTE 2LITROS SABORES VARIADOS Refrigerantes em garrafa tipo pet, capacidade 2 litros ou superior, nos sabores cola e guaraná.
64	UNID	SARDINHA em óleo comestível - produto elaborado com sardinhas integras, descabeçadas; embalagem primária: lata com no mínimo 125g, com prazo de validade de no mínimo 12 meses a contar da data da entrega. as latas não devem apresentar ferrugem e/ou estarem amassadas
65	UNID	SARDINHA EM ÓLEO COMESTÍVEL E MOLHO DE TOMATE - produto elaborado com sardinhas integras, descabeçadas; embalagem primária: lata com no mínimo 125g, com prazo de validade de no mínimo 12 meses a contar da data da entrega. as latas não devem apresentar ferrugem e/ou estarem amassadas
66	KG	SAL IODADO, para consumo doméstico, embalagem contendo 01 kg, em sacos de embalagens plásticas atóxicos, limpos não violados, resistentes que garantam a integridade do produto, refinado, iodado com granulagem uniforme e com cristais brancos, não pegajosos ou empedrados, condicionados em fardos de 05 a 10kg. Embalagem com data de validade de no mínimo 12 meses.
67	UNID	SUCO DE GARRAFA TIPO PLÁSTICA, Suco Concentrado sabores variados (sem conservantes e sem corantes artificiais). Contem: Acidulante INS 330 e Beta Caroteno (Corante Natural). Prazo de Validade: 12 meses Embalagem: 500 ml (Frasco Plástico), Armazenagem: Temperatura de - 10°C (mínimo) Diluição: Suco (1 parte de suco + 6 partes de água) Refresco (1 parte de suco + 9 partes de água) Devera conter brix refratométrico entre 64,5 a 65,5 gramas para cada 100 gramas de produto
68	UNID	TEMPERO COMPLETO EM PO- embalagem 100g



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMÍLIA LEITE- S/Nº**

		aproximadamente, sem pimenta, condimentos, a base de sal, alho, cebola, cebolinha e salsa, sem conservantes e corantes embalagem pct 100g.	
69	UNID	130	VINAGRE DE VINHO TINTO - com acidez mínima de 4%, garrafa plástica com 500ml, acondicionado em caixa de papelão com 24 unidades.
70	pct 500g	1000	CARNE CHARQUE ponta de agulha pacote com 500g. Preparado com Carne bovina ponta de agulha de boa qualidade salgada, curada, seca, de consistência firme, com cor, cheiro e sabor próprios, isento de sujidades, parasitas e materiais estranhos, embalada a vácuo, em sacos plásticos transparente s e atóxicos, limpos, não violados, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do Consumo, embalados em plástico íntegro e resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 30 dias a partir da data de entrega
71	PACOTE	8500	PAO MASSA FINA - tipo hambúrguer ou hot dog, composto de farinha de trigo, água, sal e fermento químico. Deverão ser acondicionados em pacotes de 400g com 10 unidades de 50g cada, em saco de, em saco de polietileno atóxico, resistente e transparente, de forma a manter a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricionais e quantidade do produto, com prazo de validade mínimo de 48 horas a partir da entrega.
72	bandeja	1000	ovos em bandejas contendo 30 ovos (brancos ou vermelhos)
73	Kg	1500	Carne bovina Moída, fresca (in natura) de 1ª qualidade, com aspecto próprio, não amolecido, não pegajosa, cor e odor próprios, sem manchas esverdeadas, com ausência de sujidade, larvas e/ou parasitos. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega
74	Kg	1000	Carne bovina em bife, fresca (in natura), limpa, aspecto próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa, cor própria, sem manchas esverdeadas ou pardacentas. Cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitas e/ou larvas. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega
75	Kg	800	Carne bovina de 1ª, fresca (in-natura), limpa, aspecto próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa, cor própria, sem manchas esverdeadas ou pardacentas. Cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitas e/ou larvas. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega
76	Kg	400	Carne bovina dianteira sem osso fresca - in natura, limpa,



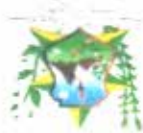
**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMILIA LEITE- S/Nº**

		aspecto próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa, cor própria, sem manchas esverdeadas ou pardacentas. Cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitas e/ou larvas. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega.		
77	4000	Frango abatido fresco inteiro (in natura), livre de parasitos e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração; odor e sabor próprios, embalados em embalagens plásticas, atóxicas, limpas, não violadas resistentes, que garantam a integridade do produto. Peito de frango, fresco (in natura), livre de parasitos e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração; odor e sabor próprios, embalados em embalagens plásticas, atóxicas, limpas, não violadas, resistentes, que garantam a integridade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega.	Kg	
78	500	Lingüça, tipo calabresa, carne suína e limpa, de 1a qualidade, apresentando-se em gomos uniformes, adicionada de condimentos naturais em proporções adequadas, com aspecto característico, cor própria em manchas pardacentas ou esverdeadas, odor e sabor próprios. Embalada à vácuo em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente. O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega.	Kg	
79	100	Figado bovina fresco (in natura), aspecto próprio, não amolecido nem pegajoso, cor própria, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitas e/ou larvas. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega.	Kg	
80	90	Salicha, de carne bovina e/ou suína tipo hot-dog, com aspecto característico, cor própria em manchas pardacentas ou esverdeadas, odor e sabor próprios. Embalada à vácuo em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega.	Kg	
81	500	queijo manteiga	Kg	
82	50	mortadela	Kg	
83	400	Agua mineral com garratão, sem gás, 20 L	KG	
84	100	Agua mineral sem garratão, sem gás, 20 L	unid	
85	3600	Agua mineral sem garratão, sem gás, 20 L	unid	
86	1.000	POLPA DE FRUTA (ACEROLA) - congelado selecionada, isenta de contaminação embalagem de 200g acondicionadas em sacos plásticos de polietileno de 01 kg. Constar a data de fabricação, prazo de validade de, no mínimo, 06 meses e nº do registro de MAPA.	kg	
87	1.000	POLPA DE FRUTA (CAJA) - congelada selecionada, isenta	kg	



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMÍLIA LEITE - S/Nº**

		de contaminação embalagem de 200g acondicionadasem saco plásticos de polietileno de 01 kg. Constar a data de fabricação, prazo de validade de, no mínimo, 06 meses e nº do registro de MAPA.
88	kg	1.000
		POLPA DE FRUTA (CAJU) - congelada selecionada, isenta de contaminação embalagem de 200g acondicionadasem saco plásticos de polietileno de 01 kg. Constar a data de fabricação, prazo de validade de, no mínimo, 06 meses e nº do registro de MAPA.
89	kg	1.000
		POLPA DE FRUTA (GOIABA) - congelada selecionada, isenta de contaminação embalagem de 200g acondicionadasem saco plásticos de polietileno de 01 kg. Constar a data de fabricação, prazo de validade de, no mínimo, 06 meses e nº do registro de MAPA.
90	kg	1.000
		POLPA DE FRUTA (MARAÇUJA) - congelada selecionada, isenta de contaminação embalagem de 200g acondicionadasem saco plásticos de polietileno de 01 kg. Constar a data de fabricação, prazo de validade de, no mínimo, 06 meses e nº do registro de MAPA.
91	QUILO	250
		Lingüça, tipo calabresa, carne suína e limpa, de 1ª qualidade, apresentando-se em gomos uniformes, adicionada de condimentos naturais em proporções adequadas, com aspecto característico, cor própria em manchas pardacentas ou esverdeadas, odor e sabor próprios. Embalada à vácuo em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente. O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega.
92	QUILO	250
		Lingüça, tipo calabresa, de frango limpa, de 1ª qualidade, apresentando-se em gomos uniformes, adicionada de condimentos naturais em proporções adequadas, com aspecto característico, cor própria em manchas pardacentas ou esverdeadas, odor e sabor próprios. Embalada à vácuo em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente. O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega.
93	QUILO	400
		Frango tipo a passarinha, congelado, livre de parasitos e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração; odor e sabor próprios, embalados em embalagens plásticas, atóxicas, limpas, não violadas, resistentes, que garantam a integridade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega. Pesando 1kg
94	PAC	4000
		PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA- carne de soja, proteína de soja texturizada, sem gorduras trans, carnes escuras, sem colesterol, pré cozido, desengordurado. Embal. 500g. Em sacos de embalagens plásticas.



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMÍLIA LEITE- S/Nº**

150	QUILO	arroz vermelho - tipo: 01(um); classe: longo fino; peso líquido: 1KG; isento de sujidades e materiais estranhos, validade mínima de 05 meses a contar da data da entrega; embalagem íntegra e isenta de avarias; rotulagem segundo os padrões da resolução Nº259 DE 20/09/2002 DA ANVISA; lote acompanhado do certificado de classificação de origem vegetal expedido por órgão oficial
95	QUILO	file de peixe tipo Merluzinha, congelado IQF Pacote livre de parasitos e de qualquer substância contaminante que possa altera-la ou encobrir alguma alteração; odor e sabor próprios, embalados em embalagens plásticas, atóxicas, limpas, não violadas, resistentes, que garantam a integridade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 90 (noventa) dias a partir da data de entrega, pesando 1kg
200	QUILO	suco em pó, sem GLUTEN , descrição: Açúcar, maltorexina, ferro, ácido ascórbico(vitamina C), vitamina A, acidulante: ácido cítrico e ácido fumarico, regulador de acidez cítrico de sódio, Prazo de Validade: 12 meses a parti da entrega, Diluição: Suco (1 pacote de suco + 1 litro de água) Embalagem: caixa com 15 pacotes (cada pacote contendo 30 g cada), sabores diversos Abacaxi, abacaxi/hortelã, acerola, cajú, carambola, cereja, frutas vermelhas, goiaba, guaraná, kiwi, laranja, laranja/mamão, limão, maçã-verde, manga, maracujá, melão, morango, pera, pêssego, pitanga, tangerina e uva.
97	CAIXA	Fiambre LATA 320G - descrição : Carne bovina, mecanicamente separador de aves, água, carne mecanicamente separador de bovinos, muidos bovino (coração), fécula de mandioca, proteínas de soja, sal, condimentos preparado (sal, pimenta preta, açúcar, coentro, pimenta calabresa, canela, cravo e aroma natural de fiambre) sem glúten.
180	UNID	Maionese, embalagem de 500 ml, Prazo de Validade: 12 meses a parti da entrega, Ingredientes: Água, óleo vegetal, vinagre, amido modificado, ovos pasteurizados, açúcar, sal, suco de limão, acidulante ácido láctico, espessante goma xantana, conservador ácido sórbico, sequestrante EDTA, cálcio dissódico, corante páprica, aromatizante (aroma natural de mostarda) e antioxidante ácido cítrico, BHT e BHA.NÃO CONTEM GLUTEN.
99	UNID	Maionese, embalagem de 500 ml, Prazo de Validade: 12 meses a parti da entrega, Ingredientes: Água, óleo vegetal, vinagre, amido modificado, ovos pasteurizados, açúcar, sal, suco de limão, acidulante ácido láctico, espessante goma xantana, conservador ácido sórbico, sequestrante EDTA, cálcio dissódico, corante páprica, aromatizante (aroma natural de mostarda) e antioxidante ácido cítrico, BHT e BHA.NÃO CONTEM GLUTEN.
400	UNID	Maionese, embalagem de 500 ml, Prazo de Validade: 12 meses a parti da entrega, Ingredientes: Água, óleo vegetal, vinagre, amido modificado, ovos pasteurizados, açúcar, sal, suco de limão, acidulante ácido láctico, espessante goma xantana, conservador ácido sórbico, sequestrante EDTA, cálcio dissódico, corante páprica, aromatizante (aroma natural de mostarda) e antioxidante ácido cítrico, BHT e BHA.NÃO CONTEM GLUTEN.
100	QUILO	PRESENTO COZIDO SEM CAPA DE GORDURA FATIADO, Embal. 500g. Em sacos de embalagens plásticas, Ingredientes: Pernil, suíno, açúcar, aromatizantes, condimentos, estabilizantes. O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega
300	QUILO	QUEIJO MUSSARELA FATIADO, Embal. 500g. Em sacos de embalagens plásticas, O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega
300	QUILO	QUEIJO MUSSARELA FATIADO, Embal. 500g. Em sacos de embalagens plásticas, O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMÍLIA LEITE- S/Nº

2.2. As quantidades aqui estimadas e apenas uma estimativa de gasto, não podendo ser exigida, nem considerada, como valor para pagamento mínimo. Tal estimativa poderá sofrer acréscimos ou supressões sem que isso justifique motivo para qualquer indenização ao adjudicatário.

3- Descrição do Objeto – Das Obrigações da Contratada

1. Entregar as mercadorias em até dois dias, a contar da requisição, sempre de boa qualidade, dentro dos padrões de qualidade pertinentes e nas quantidades solicitadas, mediante requisição, devidamente assinadas pelo Setor competente.
2. Nenhum produto poderá ser entregue pela Contratada sem a devida solicitação por escrito da PMBV.

3. Manter atualizada as certidões de Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, relativos aos Tributos Federal, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional (Certidão Unificada, conforme portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF nº 443, de 17 de outubro de 2014), e Fazenda Estadual (relativa ao ICMS) e Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada, assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e a CONTRATAÇÃO deverá anexar à Nota Fiscal-fatura as cópias devidamente atualizadas. PORTANTO, deverá manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para esse processo;

4. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.
5. A contratada deverá pôr no corpo da Nota Fiscal, o número do processo ao qual a mercadoria se refere.
6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.
7. Responsabilizar-se pela qualidade e a quantidade dos produtos fornecidos.
8. Em tudo agir, segundo as diretrizes da CONTRATANTE.
9. A validade mínima do produto ofertado é de (06) SEIS meses, contados da data de entrega do produto na sede do município de Boa Ventura.
10. Arcar com o ônus necessário a completa execução do contrato, incluindo o pagamento de taxas e emolumentos, seguros, impostos, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes à locação, inclusive licença em repartições públicas, registros, publicações e autenticações do Contrato e dos documentos a ele relativos, se necessário;
11. Responder pelos danos causados diretamente ao município, ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou de dolo na execução do contrato;

4.0 Das Obrigações Do Contratante

1. efetuar o pagamento na forma convencional no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades pactuadas;
2. notificar a Contratada, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do especificado neste Contrato;
3. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para o fiel cumprimento do contrato;
4. Notificar ao Contratado qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMÍLIA LEITE- S/Nº

responsabilidades contratuais e legais;

5-Validade da Proposta

A validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 dias.

6-Forma de Pagamento e entrega

A contar da solicitação o fornecedor deverá entregar o pedido em até 02(dois) dias.

O pagamento será efetuado em até 15 quinze dias, a contar do recebimento das mercadorias e atesto da Nota Fiscal de Fatura, pelo setor competente.

7-Critérios para Decisão da Proposta Vencedora

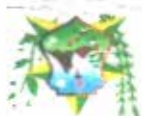
O critério para decisão da proposta vencedora será o de *menor preço por item*.

8-Reajuste dos preços

O preço proposto será fixo e irrevogáveis.

9 – Fiscalização do Contrato –

A execução do contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Administração, com atribuições específicas, devidamente designadas pela Contratante e deverá ser exercida conforme Cláusula Contratual, da minuta do contrato em anexo.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMÍLIA LEITE- S/Nº

ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA

PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2018

Os dados da empresa:

Razão Social _____
CNPJ (MF) nº _____
Inscrição Estadual nº _____
Endereço _____
Fone _____
Fax _____
Cidade _____ Estado _____
AGÊNCIA _____ C/ CORRENTE _____
BANCO _____

Em atendimento ao solicitado no Edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2018, informamos a seguir os nossos preços para aquisição parcelada conforme termos do edital.

Nº	DESC. DO PRODUTO	FABRICA NTE/MAR CA	UND	QUANT.	PC. UNIT.

Valor Global da Proposta:

Validade da proposta:

Declaro expressamente de que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto deste Pregão.

Cidade - UF, de _____ de _____

Responsável Legal



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMÍLIA LEITE - S/Nº

ANEXO III - Modelo de Carta de Credenciamento -

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018

(usar papel timbrado da empresa)

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Local e data

A
Pregoeira da Prefeitura Municipal de Boa Ventura - Estado da Paraíba

Senhora pregoeira,

Pela presente, designamos o Sr (a) _____ portador(a) da carteira de identidade nº _____, expedida pela SSP do Estado de _____, para nos representar no processo licitatório relativo ao Pregão Presencial nº 001/2018, podendo o mesmo formular lances verbais à proposta escrita apresentada, quando convocado, negociar preço e, ainda, rubricar documentos, renunciar o direito de recurso e apresentar impugnação a recursos, assinar atas, recorrer de decisões administrativas, e/ou praticar todos os atos inerentes à referida licitação.

Atenciosamente,

Identificação e assinatura do outorgante



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMÍLIA LEITE- S/Nº

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2018

(Papel timbrado ou personalizado da empresa)

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, sediada _____, declara, sob as penas da lei, que não está impedida de participar de licitações promovidas pela Prefeitura de Boa Ventura - Estado da Paraíba e nem foi declarada inidônea para licitar, inexistindo até a presente data fatos impeditivos para sua habilitação no processo licitatório, PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2018, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data,

carimbo (ou nome legível) e assinatura do Representante Legal

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) _____, portador(a) Carteira de Identidade _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, em qualquer trabalho.*

() Em caso afirmativo, assinalar a ressalva*

Local e data,

carimbo (ou nome legível) e assinatura do Representante legal

A empresa _____, sediada _____, declara, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no processo licitatório, PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2018.

Local e data,

carimbo (ou nome legível) e assinatura e do Representante Legal



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMÍLIA LEITE- S/Nº

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(MODELO)

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, para fins de participação no Processo Licitatório Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL 001/2018**, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a). _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ (órgão expedidor: _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins legais, ser microempresa / Empresa de pequeno porte, nos termos da legislação vigente.

(local e data) _____ de _____ de _____

(Representante legal, assinatura)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMÍLIA LEITE - S/Nº

ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO
CONTRATO PMBV Nº /2018

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ALIMENTOS QUE ENTRE SI, CELEBRAM A
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA E O FORNECEDOR ???????????

Pelo presente instrumento particular, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA, ESTADO DA PARAÍBA**, CNPJ nº 08.940.702/0001-67, com sede na Rua Emília Leite, S/N - centro, na cidade de Boa Ventura - PB, neste ato representada pela Prefeitura Municipal, MARIA LEONICE LOPES VITAL, brasileira, casada funcionária pública, portadora do CPF: 136.355.144-20 e RG 279.775 SSP/PB, infra-assinados doravante designada simplesmente **CONTRATANTE**; e, do outro lado o fornecedor ????????? CNPJ(CPF) Nº ?????, sediado a rua ??????, na cidade de ??????????, com seu representante legal, Sr. ??????????, CPF nº ????? e RG nº ??????????, infra-assinado doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, têm entre si justo e contratado, com fulcro na Lei 8.666/93 atualizada e na PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2018 mediante preços e condições constantes das cláusulas seguintes e nas condições que reciprocamente outorgam e aceitam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA ENTREGA

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de.....

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

A vigência do presente contrato será até 31 de dezembro de 2018, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

PARÁGRAFO 1º - O Pagamento pelo fornecimento do objeto do contrato será efetuado mensalmente e parceladamente conforme entrega das mercadorias, até o dia 15 (quinze) dias subsequente a entrega das mercadorias, após atesto pelo setor competente desta Prefeitura da Nota Fiscal Fatura.

a) O presente contrato ora firmado importa o valor estimado global de R\$
b) A mencionada quantia é apenas uma estimativa de gasto, não podendo ser exigida, nem considerada, como valor para pagamento mínimo. Tal estimativa poderá sofrer acréscimos ou supressões sem que isso justifique motivo para qualquer indenização ao CONTRATADO.

CLÁUSULA QUARTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

As despesas decorrentes da execução do contrato, correrão à conta dos 2018 - Recursos Ordinários/FPM/ICMS, no elemento de despesa nº 3.3.90.30- material de consumo e 339032 - material de distribuição gratuita, na Unidade Orçamentária da Secretaria Solicitante, conforme seguit:

02.010 Gabinete do Prefeito
04.122.2001.2002 Manutenção das atividades administrativas do Gabinete do Prefeito
02.020 Procuradoria Geral do Município
04.122.2001.2005 Manutenção da Procuradoria Geral do Município
02.030 Secretaria de Administração



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMÍLIA LEITE- S/Nº

04 122 2001 2006	Manutenção das atividades da Secretaria de administração
02.040	Secretaria de Finanças
04 123 2001 2009	Manutenção das atividades administrativas da Secretaria de Finanças
02.050	Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo
15 122 2001 2010	Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo
02.060	Secretaria de Agricultura, Irrigação, Abastecimento e Meio Ambiente
20 122 2001 2011	Manutenção das Atividades Adm da Sec de Agricultura, Irrigação, Abastecimento e Meio Ambiente
02.080	Secretaria de Esportes, Cultura, e Lazer
13 392 2001 2036	Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer
02.090	Secretaria de Saúde
10 301 2001 2038	Manutenção das atividades administrativas da Secretaria de Saúde
02 110	Secretaria de Assistência Social
08 244 2001 2051	Manutenção das atividades administrativas da Secretaria de Assistência Social
02.130	Secretaria de Planejamento e Gestão
04 122 2001 2063	Manutenção da Secretaria de Planejamento e Gestão
02.070	Secretaria de Educação
12 361 1002 2016	Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb - 40%
12 361 1002 2017	Manutenção do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola)
12 361 2001 2019	Manutenção das atividades administrativas da Secretaria de Educação
12 365 1002 2020	Manutenção da Educação Infantil/Creche MDE/FNDE
12 361 1002 2022	Manutenção da Merenda Escolar do Ensino Fundamental – PNAEF
12 365 1002 2023	Manutenção da Merenda Escolar PNAEC- Creche
12 365 1002 2030	Manutenção do Programa Nacional de Alimentação Pré-Escolar – PNAPE
12 366 1002 2031	Manutenção da Merenda Escolar do PNAE-EJA

CLAUSULA QUINTA - MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO -

Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida revisão do preço contratual, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando alicia econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato, nos termos do disposto no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93.

CLAUSULA SEXTA - DOS ACRESCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite legal de 25% (vinte e cinco) por cento, de acordo com o que dispõe o Art 65, Parágrafo 1º da Lei Federal nº 9.666/93, e suas alterações posteriores.

CLAUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Pelo inexecução total ou parcial do contrato, fica sujeito a CONTRATADA as penalidades previstas no "CAPUT" do Art 86 da Lei Federal nº 8.666/93, na sua atual redação, na seguinte conformidade:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMÍLIA LEITE- S/Nº

- a) atraso até 30 (trinta) dias, multa de 0,3% (três centésimos por cento) sobre o valor do contrato por dia de atraso;
b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de:

1 – desistência da entrega das mercadorias.

Parágrafo 1º - Aplicada(s) a(s) multa(s) a **CONTRATANTE** a(s) deduzirá do primeiro pagamento que fizer à **CONTRATADA**, após a sua imposição.

Parágrafo 2º - Na hipótese da **CONTRATADA** não Ter mais pagamentos a receber, as multas devidas serão recolhidas à Tesouraria da **CONTRATANTE**. O não recolhimento das importâncias devidas ensejara na propositura da Ação Judicial cabível.

Parágrafo 3º - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório, e consequentemente, o pagamento delas não exime a **CONTRATADA** da reparação por eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato venha acarretar à **CONTRATANTE** ou a terceiros.

Parágrafo 4º - Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a **CONTRATADA** as sanções previstas nos Incisos I, III e IV do Art. 87 da Lei Federal nº 7.866/93, na sua atual redação, e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

a) Entregar as mercadorias em até dois dias, a contar da requisição, sempre de boa qualidade, dentro dos padrões de qualidade pertinentes e nas quantidades solicitadas, mediante requisição, devidamente assinadas pelo Setor competente.
b) Nenhum produto poderá ser entregue pela Contratada sem a devida solicitação por escrito da PMBV.

c) Manter atualizada as certidões de Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, relativos aos Tributos Federal, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional (Certidão Unificada, conforme portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF nº 443, de 17 de outubro de 2014), e Fazenda Estadual (relativa ao ICMS) e Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada, assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e a **CONTRATADA** deverá anexar à Nota Fiscal-fatura as cópias devidamente atualizadas; PORTANTO, deverá manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para esse processo;

d) Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.
e) A contratada deverá pôr no corpo da Nota Fiscal, o número do processo ao qual a mercadoria se refere.

f) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.
g) Responsabilizar-se pela qualidade e a quantidade dos produtos fornecidos;



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMILIA LEITE- S/Nº

h) Em tudo agir, segundo as diretrizes da CONTRATANTE.

- i) A validade mínima do produto ofertado é de (06) SEIS meses, contados da data de entrega do produto na sede do município de Boa Ventura;
- j) Arcar com o ônus necessário a completa execução do contrato, incluindo o pagamento de taxas e emolumentos, seguros, impostos, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes à locação, inclusive licença em repartições públicas, registros, publicações e autenticações do Contrato e dos documentos a ele relativos, se necessário;
- l) Responder pelos danos causados diretamente ao município, ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou de dolo na execução do contrato;

DA CONTRATANTE

- a) efetuar o pagamento na forma convencional no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades pactuadas;
- b) notificar a Contratada, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do especificado neste Contrato;
- c) Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para o fiel cumprimento do contrato;
- d) Notificar ao Contratado qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade das mercadorias, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

CLAUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

A rescisão contratual poderá ser:

1 - O contrato originado da presente licitação, poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, nas seguintes formas:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;
- II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- III - judicial, nos termos da legislação.
- 2 - A rescisão administrativa será apreciada e precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, atendida a conveniência dos serviços, recebendo a CONTRATADA o valor dos serviços executados.
- 3 - Constituem motivos para rescisão dos contratos:
- 3.1 O não cumprimento ou cumprimento irregular sistemático de cláusulas contratuais, especificações, planos de trabalhos, projetos ou prazos contratuais;
- 3.2 Atraso não justificado na execução do contrato;
- 3.3 Paralisação da execução do contrato sem justa causa ou prévia comunicação ao contratante;
- 3.4 O desatendimento das determinações regulares da fiscalização;
- 3.5 A decretação de falência ou instauração de insolvência civil;
- 3.6 A dissolução da sociedade;
- 3.7 Por razões de interesse público e alta relevância e amplo conhecimento, a contratante poderá promover a rescisão unilateral do contrato mediante notificação por escrito à contratada, que acontecerá com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- 3.8 A rescisão unilateral dar-se-á, sempre, tomando como termo final do contrato o último dia do mês, após o decurso do prazo determinado no item anterior;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMÍLIA LEITE - S/Nº

Parágrafo 1º - Em caso de rescisão prevista nos Incisos XII e XVII do Art. 78 da Lei Federal 8.666 / 93 sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados quando os houver sofrido.

Parágrafo 2º - A rescisão contratual de que trata o Inciso I do Art. 78 acarretará as consequências previstas no Art. 80, Incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

O Foro da Comarca a que pertencer o município de Boa Ventura, Estado da Paraíba é o competente para dirimir todas as questões oriundas deste contrato, renunciando os contratantes a qualquer outro, por mais especial e privilegiado que seja ou venha a se tornar.

E por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e único efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Boa Ventura, de de de 2018

CONTRATANTE
Prefeita Municipal

CONTRATADO

Assessoria Jurídica

TESTEMUNHAS:

1- _____
2- _____



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMÍLIA LEITE- S/Nº

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

REF: PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2018

NOME:

CNPJ/CPF:

FONE: email

ENDEREÇO:

CIDADE:

ESTADO:

DECLARAÇÃO:

DECLARAMOS HAVER RETIRADO O EDITAL REFERENTE AO PROCESSO ACIMA
CITADO, BEM COMO TODOS OS ELEMENTOS NECESSARIOS A PARTICIPAÇÃO
NESTA LICITAÇÃO, E QUE TOMAMOS CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E
EXIGENCIAS DA MESMA.

RECEBIDO EM

Assinatura e carimbo do representante legal



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
RUA EMÍLIA LEITE- S/Nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA
COMISSÃO DE PREGÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018

OBJETIVO: Aquisição parcelada de Gêneros Alimentícios (perecíveis e não perecíveis), destinados aos programas das secretarias do município, conforme especificações no edital e seus anexos.
ABERTURA: 25 de Janeiro de 2018 as 09:00:00 horas, na sede da prefeitura.
INFORMAÇÕES: na sala da CPL, localizada a Rua Emília Leite, nº s/n, Centro, Boa Ventura – PB, em todos os dias úteis de segundas às sextas-feiras, das 8h às 12h, os interessados poderão obter o Edital, bem como pelo site www.boaventura.pb.gov.br.
Boa Ventura – PB, 12 de janeiro de 2018.

ANA PAULA CHAGAS DA SILVA
PREGOEIRA OFICIAL PMBV